



A morte tem sua beleza no sul: túmulos, culto e memória na Porto Alegre do século XX

Mauro Dillmann*

Resumo: No início do século XX, a morte, no Cemitério da Irmandade São Miguel e Almas de Porto Alegre/RS, mereceu distinção expressa na materialidade tumular, configurando o culto aos túmulos, à memória do morto e o prestígio individual e familiar. O desejo de construir mausoléus e de privatizar eternamente o local de sepultamento (as perpetuações) permitiram simbolicamente a atenuação da angústia e emoção diante da morte, a preservação da memória do defunto e a garantia da imortalidade e eternização do mesmo na memória dos vivos. Tais anseios, de uma parcela da elite católica da cidade, refletiam os novos desejos estéticos e a modernização cemiterial, que acompanhavam as mudanças urbanas pelas quais passava a cidade. Esta comunicação, portanto, tem por objetivo analisar a relação entre cemitério, mortos/morte e memória, de modo a perceber as transformações na concepção da necrópole, bem como os desejos e vontades sociais de construir memórias e esconder a morte na beleza dos túmulos.

Palavras-chave: cemitério; morte; memória.

Abstract: In the beginning of twentieth century, death, Cemetery of São Miguel e Almas Brotherhood and Souls of Porto Alegre / RS, deserved special distinction in the materiality of the tombs, configuring the worship of graves, the memory of the dead and the individual and familiar prestigious. The desire to build mausoleums and eternally privatize the burial place (the perpetuations) allowed symbolically attenuation of anxiety and excitement before death, the preservation of the memory of the deceased and the assurance of immortality and perpetuation of the same in living memory. Such yearnings, of a portion of the Catholic elite of the city, reflected the new esthetic desires and modernization of the cemeteries that accompanied the urban changes for which the city has been affected. This communication, therefore, aims to analyze the relationship among cemetery, dead/death and memory, in order

* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Contato: maurodillmann@hotmail.com.



to understand the changes in the design of the necropolis, as well as the wishes and desires to build social memories and hide the beauty of death in the tombs.

Keywords: cemetery; death; memory.

Introdução

O cemitério da Irmandade São Miguel e Almas foi fundado em Porto Alegre no ano de 1909 e logo no decorrer das primeiras décadas do século XX se tornaria um dos maiores cemitérios da América Latina. Nesta época, as práticas fúnebres e cemiteriais europeias, notadamente na França, em Portugal e na Espanha, assumiam formas majestosas de enterro e de construção de destacados jazigos. Tais concepções de organização tumular influenciariam a Irmandade na estruturação de sua própria necrópole, ou seja, os modelos europeus de cemitério serviriam de inspiração para o erguimento deste que viria a se tornar um destacado cemitério católico da capital sul-rio-grandense. No século XX, a Irmandade já possuía experiência de mais de quarenta anos na atividade de administração fúnebre e cemiterial, considerando que em 1866 adquiriu espaço privado, uma galeria, dentro do cemitério público da Santa Casa, existente desde 1850. Portanto, tanto os gostos “burgueses” e preferências de arquitetura fúnebre europeia quanto os da elite porto-alegrense do final do século XIX já eram conhecidos, quando foi inaugurado o próprio cemitério no século XX.

Privado e católico, o cemitério São Miguel e Almas, no início do século XX, atendeu às demandas fúnebres e religiosas de uma parcela abastada da população. Políticos, funcionários públicos, jornalistas, médicos, advogados, dentistas, professores, militares, industriais e comerciantes, com destaque para muitos italianos, compunham o perfil social dos cristãos que recebiam enterro neste cemitério. Os membros que administravam a instituição, a provedoria, eram, em geral, indivíduos que ocupavam cargos públicos e políticos ou que mantinham seus próprios negócios comerciais ou industriais. Bem relacionados nas redes sociais, muitos ocupavam cargos de prestígio como presidentes, chefes, tesoureiros em suas áreas de atuação e ainda participavam de diversas instituições.

Este era o perfil social dos irmãos e indivíduos cristãos que procuravam garantir a perpetuação da memória na monumentalidade dos túmulos erguidos no cemitério. Os irmãos eram, de fato, homens de letras, bem relacionados socialmente, que buscavam eternizar a



memória de seus entes queridos e garantir a sua própria lembrança e distinção social diante da sua própria morte, que não tardaria a chegar¹.

Neste período, a distinção e modernização cemiterial equivalia às próprias políticas modernizantes do cenário urbano implementadas pelos governos municipais. O intendente José Montauray (1897-1924), escolhido pelo governador Borges de Medeiros, realizou mudanças um tanto eficazes nos serviços públicos porto-alegrenses, entre eles aqueles ligados à água encanada, iluminação, transporte, saneamento e policiamento das ruas, o que de forma significativa influenciava e inspirava as transformações do cemitério. Além do mais, mesmo privado, o cemitério da Irmandade devia cumprir as determinações da Câmara Municipal através de providências tomadas por decretos. Logo, quando nos referimos à modernidade cemiterial, temos em mente que tais mudanças pelas quais o cemitério passou não foram uma espécie de monopólio ou originalidade exclusiva da Irmandade, ou um processo isolado, mas uma adaptação aos novos tempos, dentro do contexto das políticas públicas e urbanas da cidade. Nos governos seguintes a José Montauray, com Otávio Rocha (1924-1928), Alberto Bins (1928-1937) e José Loureiro da Silva (1937-1946), Porto Alegre continuou sendo administrada por políticos que valorizavam projetos urbanísticos que previam, por exemplo, mudanças no trânsito a partir do alargamento de avenidas e eliminação dos cortiços nas áreas centrais.

Nesse período, em que a cidade expandia seu perímetro urbano e a elite local – principalmente política – primava pela preservação da memória dos homens do seu presente para o futuro e das suas obras administrativas e intelectuais, colocando-se como continuadores da herança sociopolítica e cultural do passado local (MONTEIRO, 2006, p. 134), é possível conceber também que, na morte, essa mesma elite desejasse distinção e lembrança em túmulos alegóricos e monumentais. Em geral, a historiografia atribui à construção de monumentos e jazigos funerários o pensamento positivista predominante na época, do governo de Júlio de Castilhos, enfatizando o culto cívico e o enaltecimento de personagens políticos e empresariais (BELLOMO, 2008). Além desta lógica, no cemitério da Irmandade, as construções sepulcrais seguiam a ordem cristã, valorizavam o ritual católico,

¹ Analisando a relação entre cemitério/mortos e memória, Catroga definiu memória como “um conjunto de recordações e de imagens comumente associadas a representações, as quais conotam valores e normas de comportamento construídas ou “inventadas” a partir do presente e de acordo com a lógica do “princípio da realidade”, sem que isso implique, no entanto, que a memória seja espelho ou transparência da realidade-passado” (CATROGA, 2002, p. 16).



fazendo da necrópole um campo santo ideal para a parcela católica em tempos de secularização.

Portanto, é importante reforçar que do final do século XIX a meados do XX, o culto aos mortos ganhou importância social, sendo expresso na organização de grandes funerais e grandes túmulos, cujo objetivo era evitar o esquecimento dos defuntos, garantindo a perpetuação da memória individual e do nome e tradição de família, preservando-os na lembrança dos vivos (CATROGA, 1999; RIBEIRO, 2008). O cemitério era uma referência importante para os vivos, local a ser visitado e cultuado. Tratando-se de cemitério cristão, como era o São Miguel e Almas, assumia ainda a característica de local santo, a ser abençoado e santificado. Os túmulos ganhavam contornos majestosos, muitas vezes erguidos e adornados com esculturas de diversos significados sacros antes mesmo da morte. Alguns dos jazigos grandiosos já eram pensados para comportar toda a família, geralmente numerosas (BARRAN, 1990, p. 249)². Na transição dos modelos arquitetônicos cemiteriais, ou seja, entre essa forma de cemitério majestoso e um cemitério imperceptível, desenvolveram-se os cemitérios verticais, com os enterros nos nichos individuais, com espaços para comportar apenas um caixão e talvez alguns ossos de antepassados. No cemitério São Miguel e Almas, a verticalização se consolidou a partir da década de 1930.

Este texto, então, tem por objetivo analisar a relação cemitério / memória a partir dos exemplos do cemitério cristão São Miguel e Almas. A edificação de mausoléus e a construção de catacumbas em ordens verticais, como um projeto de cemitério adotado pela Irmandade, refletia não apenas a modernização e a ordem de apreciação estética, mas os anseios sociais de enterro, morte e preservação da memória dos sujeitos que ali eram enterrados. Ou seja, na construção de mausoléus, na verticalização dos túmulos e na publicização da morte em toda a materialidade cemiterial estava a intenção de escondê-la sob a beleza dos túmulos, garantindo a eternização da memória dos finados.

Perpetuação e memória

² Para a Venezuela, Rafael Cartay, amparado no historiador uruguaio José Pedro Barran, chamou essa nova maneira de encarar a morte na qual os carros, os cemitérios e os monumentos funerários se embelezam; se valorizam os mausoléus familiares e se suavizam as referências ao morto ou cadáver como sendo o ‘finado’ ou ‘defunto’, como “sentimentalización de la muerte”, em contraponto a uma anterior banalização da morte (CARTAY, 2002, p. 450).



Nestas primeiras décadas do século XX, negar a morte não implicava sentir repulsa aos cemitérios; ao contrário, sua negação era expressa na vivacidade desejada no cemitério, com jazigos imponentes, diferenciados, esteticamente belos e bem cuidados. Negar a morte era imortalizar a memória do morto na sepultura. Ao assumir esse papel, o cemitério São Miguel e Almas consolidou-se como uma referência em necrópole na cidade de Porto Alegre, já que o funeral sob os seus cuidados estava de acordo com o “horizonte de expectativa” dos católicos, pois prometia imortalidade transcendente (CATROGA, 1999, p. 164). E um dos meios de garantir esta imortalidade – tanto na vida além-túmulo quanto na memória dos vivos – era perpetuar túmulos.

Perpetuar um túmulo – fosse sepultura ou catacumba – foi uma prática apreciada pelos irmãos que tinham seus parentes enterrados no cemitério. Ela significava perpetuar a lembrança individual ou familiar (RIBEIRO, 2008, p.16), auxiliando na construção da memória e evitando assim uma passagem rápida e despercebida na vida. Túmulos perpétuos³, de família, podiam abrigar várias gerações; nesse caso, as catacumbas adquiriam e forneciam marcas de identidade e memória familiar, tão valorizadas nesse período, ao menos enquanto houvesse parentes ou pessoas dispostas a cultuá-los.

A construção de túmulos grandiosos para expressar a lembrança de modo peculiar e particular do morto – cada família escolhia o formato e as esculturas para seus jazigos – e a valorização da memória individual e identidade familiar (RIBEIRO, 2008) evidenciam a ostentação tumular como tentativas de imortalização e de certa forma negação da morte, negação da ausência e do “caótico” para quem fica (REIS, 1991, p. 138). O cemitério apresentava-se como ideal para esta ostentação e imortalização, percebido como um local moderno, adequado e distinto, de culto e preservação da memória dos mortos.

Portanto, essa memória vivida – no terreno da gestão cemiterial – qualificava o cemitério enquanto “lugar de memória” e sugeria que seus símbolos, construídos pelo esforço da coletividade irmanada, fossem recordações da ordem dos sentimentos, expressões afetivas e evocações que quase anulavam o distanciamento entre vivos e mortos (CATROGA, 2002, p. 21).

³ Na falta de uma representação da própria ISMA sobre a definição de túmulo perpétuo, utiliza-se aqui a referência jurídica à perpetuação, entendida como um direito de “usar, gozar, fruir e dispor da coisa” de modo complexo, absoluto, perpétuo e exclusivo, porém com limitações. O jazigo perpétuo não é um direito imperecível e eterno, mas de longa duração, uma propriedade *ad tempus*, que pode se extinguir se não “há mais titular do direito para exercer o *jus sepulchri*, que cumpra a obrigação de pagar as despesas de conservação da sepultura, que cultue a memória dos defuntos”. Tais fatos, uma vez comprovados, acarretam “a recuperação do domínio sobre esse bem pela entidade que o vendeu para aquele fim determinado” (SILVA, 2000, p. 154).



Ilustrações 1 e 2: Túmulos do Cemitério São Miguel e Almas



Fonte: ISMA, 28/02/1923, autoria desconhecida.

A perpetuação foi muito procurada. O sócio Affonso da Costa Silveira, por exemplo, já havia arrendado por 50 anos a sepultura de seu irmão Francisco da Costa Silveira, mas solicitou a perpetuação do mesmo⁴. Individuais ou familiares, esses túmulos decorados a mármore estavam, muitas vezes, personalizando a memória e a herança de uma “figura-fundadora” de uma família (CATROGA, 2010, p. 177). É o caso que se nota, por exemplo, no túmulo do mineiro Carlos Peixoto Filho (1871-1917), político que participou da Assembleia que anistiou os marinheiros da Revolta da Armada. Faleceu vítima de tuberculose aos 46 anos e ganhou um distinto mausoléu em mármore branco, como se percebe na ilustração 1.

Dado o destaque que o cemitério ganhava na cidade, em 1937, a Irmandade elevou os valores de palmo quadrado de terrenos a serem perpetuados, de 40 mil para 50 e 80 mil réis. Entretanto, não especificou o local em que se aplicariam tais valores. Essa referência mostrava-se importante para os irmãos, pois no cemitério da Santa Casa os preços dependiam da localização do terreno e, na geografia fúnebre, havia “os bons e os maus lugares”⁵. O vice-provedor da Irmandade propunha, em agosto de 1937, ordenar os preços dos terrenos de acordo com o local. Para tal, foi decidido que os terrenos “do centro do quadro esquerdo da

⁴ ISMA (Arquivo da Irmandade do Arcanjo São Miguel e Almas), Ata, 05 julho 1919, fl. 63.

⁵ *Idibid.*



capela” fossem os de 50 mil réis e os terrenos “na frente de ruas e passeios”, bem como os “com frente para as galerias”, onde só poderiam ser construídos mausoléus, fossem os de 80 mil réis⁶. Ou seja, os mais caros e cobiçados estavam situados em frente a ruas, passeios e galerias, sendo um espaço possível de construção de túmulos notáveis e admirados por todos que chegassem ao local. Eram espaços privilegiados destinados àqueles que podiam pagar mais por um lugar especial. Já os terrenos do quadro esquerdo, ou seja, situado numa extremidade lateral do cemitério, destinavam-se aos que tinham um menor poder aquisitivo⁷.

Buscar um terreno num “bom lugar” dentro do cemitério era interessante para o devido destaque à memória do finado. Os associados ou indivíduos que apenas negociavam um lugar para os seus mortos (os irmãos de “corpo presente”) estavam conscientes dos valores espirituais que o cemitério em si expressava e buscavam a devida estética tumular, atribuindo importante ênfase ao espaço da morte. Os túmulos eram ícones de lembrança dos vivos e organizá-los de tal forma a promover uma valorização por parte da população e dos irmãos era um dos objetivos daqueles que realizavam perpetuações. Essa forma de conceber o cemitério, de construir mausoléus ou nichos, partia tanto dos sujeitos que perpetuavam quanto da instituição.

No período republicano, basicamente entre 1890 e 1930, seguindo influências europeias, os cemitérios eram carregados de arte funerária a refletir sua “cultura emocional” e o “gosto dominante do grupo social” do qual procedia, sendo os monumentos carregados de significados artísticos, religiosos e morais (BORGES, 2004), como se percebe pelas ilustrações 02 e 07. Do mesmo modo, o cemitério continuava – tal como no século XIX – afastado do centro urbano, como se pode perceber pela vegetação ao fundo das ilustrações 02, 03 e 06⁸. A grandiosidade do túmulo expressava a condição social do morto e a capacidade econômica da família, que valorizava e enaltecia o defunto, edificando não apenas o monumento – com suas imagens sacras – mas também a sua memória, na medida em que tais túmulos eram perpetuados.

As construções tumulares com elementos artísticos, com o destaque para o busto de um indivíduo, para a imagem de Santo Antônio e para as esculturas de um anjo e de uma mulher, conforme se percebe na imagem, permitiam aos familiares vivos uma distinção social

⁶ ISMA, Ata, 28 agosto 1937, fl. 98.

⁷ Reflexão inspirada em MOTTA, 2009, p. 77.

⁸ Ver também referência similar sobre o Cemitério da Piedade de Cuiabá/MT em ROCHA, 2005, p. 101. Especialmente no capítulo 2, a autora faz interessante análise de imagens de túmulos e epitáfios deste cemitério.



“a partir do *habitat* póstumo de seus parentes”, como destacou o antropólogo Antônio Motta (2009, p. 135). A morte era também a transmissão do patrimônio, da herança material e simbólica, razão pela qual o túmulo configurava “não apenas o desejo de continuidade e perpetuação dos laços familiares, mas igualmente os signos de classe”, com uma arquitetura suntuosa capaz de marcar “a posição social da morte e de seus descendentes” (MOTTA, 2009, p. 135).

A estética tumular ou os *palácios da morte*

Diante destes anseios sociais por valorização da memória dos mortos e pelo característico culto aos mortos e aos túmulos no período, a Irmandade primou pela ordem e padronização dos adornos, das lápides e das esculturas. A divisão dos espaços, a construção de mausoléus, a colocação de monumentos, a edificação de capelinhas e a construção de novas catacumbas pautavam-se pelo alinhamento e harmonia. O cemitério precisava estar em bom estado, pois num período em que as preocupações de ordem estética estavam em alta e eram feitas frequentes visitas aos cemitérios, o culto aos mortos primava pelos túmulos limpos, adornados e organizados.

O cemitério evocava os mortos e as construções sepulcrais diminuía as distâncias entre estes e os vivos. As reformas que a Irmandade empreendeu no cemitério ao longo das primeiras décadas do século XX visavam ao embelezamento e eram necessárias, sob pena de abandono e desinteresse do público, demonstrando a exigência da população de uma morte – ou local dos mortos – respeitada e majestosa no melhor estilo da tradição simbólica cristã⁹.

A Irmandade acompanhou de perto, com suas comissões nomeadas em reuniões, as reformas e as construções tumulares promovidas pelos irmãos que adquiriam seus espaços

⁹ A arte funerária do início do século XX, caracterizada pelas esculturas tumulares com diversas tipologias, eternizava o homem e perpetuava sua memória. Estudos sobre a iconologia da morte demonstram os significados destes tipos esculturais que ganham formas de árvores, vanitas, anjos, alegorias, etc., simbolizando pensamentos e sentimentos. As árvores, seus troncos, indicavam a regeneração, a verticalidade como ascensão ao céu, o crescimento e a regeneração. Vanitas (crânios com duas tíbias cruzadas) revela-se como símbolo da consciência da morte, como símbolo da existência humana; lembra o caráter provisório da vida, veiculado através de elementos da anatomia humana com sinais visíveis de decadência corporal. Os anjos indicam adoração, proteção, conforto, promessa de vida eterna; e conduzem o visitante do túmulo ou do cemitério ao respeito evocando o silêncio e noção de que a vida findou. As alegorias eram as formas humanas, especialmente a feminina, como elemento decorativo para intensificar os sentimentos, concedendo suavidade na forma de encarar a morte e elegância à paisagem cemiterial. Embora algumas destas esculturas estejam presentes no Cemitério São Miguel e Almas, não é nosso interesse e objetivo analisa-las, senão apenas tomar o jazigo em si, com quaisquer que sejam suas artes decorativas, para demonstrar este desejo estético e esta busca pela eternização do morto na memória coletiva. Sobre estes aspectos artísticos nos cemitérios portugueses, ver MEGA, 2001, p. 90-100.



perpétuos¹⁰. O assunto pautou vários encontros das mesas diretoras que previam medidas de uniformização, como, por exemplo, o tamanho das pedras que cobriam as catacumbas, as quais deveriam ser todas padronizadas. A dimensão delas estava estabelecida no artigo 24 do regulamento do cemitério e nas imagens que seguem anexadas ao final do texto é possível perceber tal padronização. Em 1919, a administração proibia a colocação de pedras nos cemitérios, em catacumbas e sepulturas, principalmente pelos “dizeres ofensivos a qualquer ato ou pessoa envolvida em questões pessoais”, devendo ser sempre necessário recorrer aos escultores e à secretaria para verificação dos rascunhos antes de esculpir quaisquer dizeres. Mesmo que motivados pela gravação ou não de determinadas palavras, frases ou epitáfios, a discussão sobre o tamanho das pedras e o trabalho do escultor demonstra a busca por uma estética ideal¹¹. Quando, em 1921, surgiu a ideia de aumentar o número de catacumbas e nichos que deveriam ser construídos até a parede que fazia divisa com o cemitério da Beneficência Portuguesa, o irmão Manoel Moreira discordou, “dizendo que não poderia ser feita a obra visto que não daria a mesma estética já observada na obra”¹².

Essa ordem estética pode ser observada nas várias fotografias dos túmulos realizadas em 1923, nas quais se percebe o uniforme uso de placas de mármore branco para cobrir o túmulo, sobre o qual cabia à família adornar com imagens sacras ou esculturas de sua preferência, sendo perceptíveis ainda as divisões do terreno em “quadros” bem ordenados, com alguns túmulos mais adornados, com entalhes diversos, com vasos, flores e outros mais simples, como se percebe ao fundo das ilustrações, com sepulturas no chão assinaladas apenas por flores e por cruzeiros brancos.

Mas estas placas de mármore, colocadas nos monumentos fúnebres com seus devidos epitáfios, além de não ofensivos a pessoas e à religião católica, não poderiam conter registros de nomes de pessoas que não eram irmãos. Foi o que ocorreu em 1916, no monumento perpetuado pela família do Coronel Manoel Py, que possuía um epitáfio “irregular” com a gravação do nome do Dr. Possidoro Mancio da Cunha Júnior, que não era irmão, mas viria a ser na década de 1920. A Irmandade oficiou o Dr. Possidoro para a retirada do seu nome do epitáfio, sob o argumento de que não estava legalmente reconhecido nas disposições

¹⁰ Na Bahia, segundo André Luiz Ribeiro, a administração de diversos cemitérios promoveu “uma nova concepção estética no espaço da morte” a partir de sugestões, propostas de figurinos, cálculo de custos e contratação de artistas (RIBEIRO, 2008, p. 219).

¹¹ ISMA, Ata, 08 maio 1919, fl.60-61.

¹² ISMA, Ata, 01 abril 1921, fl.81.



regulamentares do cemitério¹³. Regular o que podia e o que não podia conter os epitáfios foi uma necessidade. Placas de mármore de tamanhos variados e gravação de dizeres com referências a “acidentes” provenientes de questões pessoais passaram a ser proibidos¹⁴.

A demonstração de fé também era importante para um cemitério católico como o São Miguel. Manter lápides em mármore ou granito que não ofendessem ou fossem contrários à religião Católica Apostólica Romana era uma determinação expressa em regulamento. Era proibida qualquer inscrição, dizeres ou símbolos opostos ao catolicismo. Acatando a opinião do irmão procurador Carlos de Lorenzi, a Irmandade determinou, em março de 1934, colocar avisos públicos, tanto na secretaria, quanto nos cemitérios, alertando aos arrendatários de catacumbas e sepulturas quanto ao cumprimento das determinações. O mesmo aviso seria, a partir de então, colocado nos recibos fornecidos, sendo proibido arrendar a quem não assumisse o cumprimento da determinação¹⁵. Entre as normas já citadas do regulamento estava o de manter limpos os túmulos. De fato, um cemitério privado que primava pela manutenção da tradição cristã poderia organizar tais exigências, pois se mantinha como um local sacralizado.

O respeito nas inscrições tumulares e a harmonia artística nas construções sepulcrais qualificavam a prática cemiterial e possibilitavam à comunidade confrarial legitimar o cemitério e a própria Irmandade como portadora de um ideal cuidadoso com a morte, já que os membros assumiam, numa autorrepresentação, a imagem da Irmandade como útil e conceituada instituição¹⁶. No cemitério, as provedorias acompanhavam as construções de sepulturas e as decorações realizadas pelas famílias, de modo a seguir um padrão religioso.

Pelas imagens destacadas percebe-se não apenas o ordenamento cemiterial e o “padrão religioso”, mas ainda as diferenças sociais – indicativo capaz de demonstrar e comprovar que também irmãos com condições financeiras precárias recebiam enterro no cemitério, expressas nas desiguais construções tumulares. Pela ilustração 3 é possível perceber a existência de formas tumulares mais simples, geralmente mais afastadas, já que os túmulos de maior destaque ficavam nas proximidades da capela ou dos principais passeios.

Ilustrações 3 e 4: Túmulos do Cemitério São Miguel e Almas

¹³ ISMA, Ata, 17 agosto 1916, fl. 3v.

¹⁴ ISMA, Ata 08 maio 1919, fl.60.

¹⁵ ISMA, Ata, 22 março 1934, fl. 09v.

¹⁶ ISMA, Ata, 30 janeiro 1933, fl. 181.



Fonte: ISMA, 28/02/1923, autoria desconhecida.

Na sequência de imagens ao final deste texto nota-se o ajardinamento do cemitério com árvores e plantas por entre os túmulos, diferentes planos e níveis devidos à irregularidade do terreno, mas devidamente ordenados com escadas, a predominância do branco nos túmulos, mas também as exceções, diversas esculturas a ornamentar os jazigos, colunas e outros elementos de mármore e granito, como por exemplo, uma pérgola (ilustração 4), um elemento arquitetônico geralmente utilizado em jardins como forma de cobertura e suporte para plantas trepadeiras, a decorar um túmulo. Todos esses elementos artísticos a enfeitar o cemitério, chamar a atenção dos visitantes, exaltar a memória do morto e esconder a morte, faziam dos túmulos e urnas funerárias verdadeiros “palácios da morte”¹⁷.

Procurando manter uma coerência administrativa e estética, pode-se dizer que o crescimento do cemitério foi reflexo da demanda por enterramento nos moldes católicos e da moderna concepção de cemitério que se construía, com seus grandes túmulos a exaltar a memória dos mortos.

Ilustrações 5 e 6: Detalhe do cemitério da Irmandade e Túmulos do Cemitério São Miguel e Almas

¹⁷ Expressão utilizada pelo jornal português *O Comércio da Póvoa de Varzim*, ano IX, n. 49, 9 nov. 1912, fl. 2 (Arquivo da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra).



Fonte: ISMA, 28/02/1923, autoria desconhecida.

Nos anos 1930, consolidou-se o grande cemitério, já com certa “tradição” em Porto Alegre. Medidas de valorização do espaço foram tomadas. Nas áreas ainda disponíveis para construção, dever-se-ia vender o terreno a palmos, planejar o calçamento e a construção de mausolés, conforme disposições expressas pelo provedor e lavrado em ata de 1932: “dividir uma parte do cemitério, ainda não ocupado, em quatro quadros para nas respectivas faces se dividir em terrenos para a venda a palmo, para construção de mausolés e monumentos e os centros dos quadros para sepulturas, sendo as ruas de alinhamento calçadas a mosaicos¹⁸. A ideia era construir, no espaço póstumo, novas catacumbas no formato de capelas para servirem de jazigos de família, ou vender o terreno para as famílias consolidarem seu projeto de materialização do túmulo ou construírem seus mausolés, influenciados por “uma política de pacificação da morte que contemplava o respeito pelos rituais, individualização do luto e visitas frequentes ao cemitério” (MOTTA, 2009, p. 77).

Em família: os jazigos-capela

Os túmulos coletivos, com espaço para os membros da família, as chamadas capelas funerárias ou jazigos-capela, também eram características de concepções tumulares do período, implantadas no cemitério, que refletiam representações da morte e as construções de memórias. Independente da forma tumular, a busca por garantia de preservação da memória do grupo foi constante no período. No cemitério da Irmandade havia capelas destinadas a irmãos beneméritos, bem como capelas disponíveis à venda para a população, para as famílias abastadas que desejavam destaque social na morte, ou ainda para indivíduos, no caso de

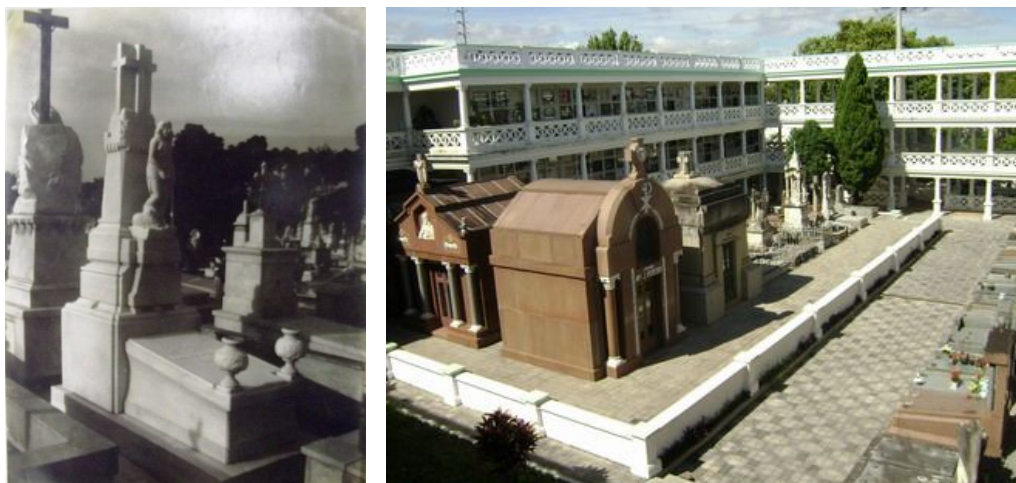
¹⁸ Nossos grifos, ISMA, Ata, 11 agosto 1932, fl. 172v.



catacumbas individuais em ordens verticais, como veremos a seguir. Em todos, destacavam-se túmulos limpos, adornados e bem cuidados, um reflexo do pensamento de que os túmulos podiam ser locais de celebração, de culto, de veneração e de fé.

Era o tempo em que se investia nestes “edifícios monumentais”, nestes túmulos em forma de capela, os quais, segundo Fernando Catroga, devem “ser lidos a partir de sua sobredeterminação religiosa”, importando “voltar a sublinhar que eles também foram pensados como ‘habitação’, ‘casa’, ‘dormitório’, lugar onde o religioso é posto a coabitar com o profano” (CATROGA, 1999, p. 112). Desse modo, nas primeiras décadas do século XX, o jazigo-capela ganhava “em certas opções, a fisionomia de casa-capela”¹⁹, como pode ser observado na ilustração 8.

Ilustrações 7 e 8: Túmulos do Cemitério São Miguel e Almas e Jazigos-capela da ISMA



Fontes: ISMA, 28/02/1923, autoria desconhecida, e www.cemiteriosaomiguel.org.br, respectivamente

Os jazigos-capela e os jazigos individuais ou familiares mereceram adornos com imagens simbólicas de fé, saudade, imortalidade, etc. Em 1919, o associado Luiz do Nascimento Ramos solicitou a aquisição de um terreno para a construção de um mausoléu, entregando, em troca, duas carneiras (túmulos simples no chão) que já havia adquirido por ocasião das mortes de suas filhas²⁰. Já em 1934, havia quatro jazigos-capela com quatro catacumbas disponíveis em cada um e dois jazigos-capela com oito catacumbas disponíveis. Estes últimos, conservados para os irmãos beneméritos que viessem a falecer²¹. Esses túmulos

¹⁹ Idem. Na França, foi no final do século XIX o apogeu destas construções tumulares fechadas, simulando uma pequena capela, com porta ou portão. VOVELLE, 1983a, p. 110.

²⁰ ISMA, Ata, 05 julho 1919, fl. 63.

²¹ ISMA, Ata, 22 março 1934, fl. 08, Ata, 12 março 1936, fl. 58.



em forma de capelas que agregavam várias catacumbas são símbolos funerários, cuja função, segundo Catroga, está em ser “metáfora do corpo, trabalho imaginário exigido pela recusa da morte e pela consequente objetivação dos desejos compensadores de sobrevivência nascidos do fato de o homem ser ontologicamente atravessado por um ‘desejo de eternidade’” (CATROGA, 2002). O túmulo emerge como uma marca no mundo, um elemento de sobrevivência, uma referência “eterna”, uma recordação. Ao construírem esses túmulos grandiosos, os irmãos estariam projetando a própria morte e os desejos de perpetuação na memória dos vivos (CATROGA, 2002). Buscando sepultar a “lastimada esposa” no cemitério da Irmandade, em 1936, o irmão Domingos Stoducto, solicitava à mesa a compra de um terreno com quase quatro metros de frente para construir um jazigo de família e já submetia a planta à aprovação da Irmandade.

Os túmulos de família recompunham as relações familiares, possibilitavam aos parentes do morto se reconhecerem entre si, reconstituir e atualizar laços identitários (MOTTA, 2008, p. 138). Mas também as manifestações de individualidade seriam expressas pelos túmulos suntuosos a eternizar uma única pessoa ou pela nova configuração arquitetônica vertical que desvinculava as genealogias familiares (MOTTA, 2008, p. 145-147). A verticalização do cemitério, a construção de nichos verticais, galerias com espaços privados para um único caixão eram meios de individualizar o enterro e de exaltar o culto à memória individual.

A verticalização e a memória individual

O aproveitamento do espaço para acomodar o maior número de corpos possíveis, ou, em outras palavras, o ordenamento dos corpos no espaço cemiterial de modo individual é uma das principais características desse cemitério, que a partir dos anos 1920 iniciou a sua verticalização, ou seja, a edificação de nichos individuais em quadro ordens (gavetas). Nesse período, as obras cemiteriais de construção dos nichos verticais se intensificavam, tornando o cemitério, segundo os irmãos, “sem similiar em nosso país e quiçá na América Latina”. O cemitério passava a ser um símbolo da modernidade em enterramentos, inspirado nos modelos europeus. Foi, portanto, da Europa que vieram os modelos de cemitérios amplos e verticais, os quais foram seguidos pelos irmãos da São Miguel para erguer seus nichos em quatro ordens, como se pode perceber no detalhe da imagem 09, embora ainda não nos cinco andares atuais, conforme se percebe na outra imagem 10, mais recente.



Em termos arquitetônicos é preciso considerar que o erguimento dos nichos em forma vertical, com quatro planos, no final da década de 1920 estava bem de acordo com a renovação da paisagem urbana da cidade e seus novos prédios, públicos e privados, grandiosos e carregados na decoração eclética, como a Biblioteca Pública (de 1912), os Correios (de 1910) e a Delegacia Fiscal da Fazenda (entre 1913 e 1922), atual Museu de Arte do Rio Grande do Sul. Entre tantas renovações, estavam aquelas do engenheiro italiano, Armando Boni, que além do prédio da Livraria do Globo (1924), foi responsável pelo projeto de verticalização do Cemitério São Miguel e Almas. O mais importante era o significado da inovação e da exclusividade, principalmente para os anseios da parcela da população mais ligada ao desenvolvimento capitalista da cidade. O cemitério, dessa forma, atendia a estas aspirações do esteticamente belo, na morte, através de suas novas instalações arquitetônicas; atendia também aos desejos de valorização da memória individual e dos “atributos positivos da pessoa do morto” (MOTTA, 2008, p. 146).

Se o ícone da tradição, em termos cemiteriais, estava nas grandes catacumbas e mausoléus, a modernidade estava representada pelos nichos individuais e pela verticalização do cemitério. A verticalização era a expressão da afirmação da individualidade, do crescimento das expectativas terrenas, embora não menos sagradas (CATROGA, 2002, p. 20). A convivência entre um e outro estilo esteve em voga na primeira metade do século XX, mas a partir de meados anos 1940, os nichos se destacariam e os enterramentos individuais nas ordens verticais passariam a ser os mais procurados²². Nas ilustrações 05 e 09 é possível perceber os túmulos verticais ao fundo, com suas quatro ordens de nichos em dois andares.

Para os irmãos, os túmulos verticais inaugurados oficialmente em 1931 eram de elevadas proporções e, na opinião do irmão Eduardo Duarte, “bela na sua grandiosidade, no seu formoso estilo, despertando a atenção de todos pela originalidade”²³. Os nichos verticais estavam divididos em quatro ordens da seguinte maneira: a primeira ordem era a mais próxima ao solo, a segunda ordem acima desta, e assim sucessivamente, até a altura da quarta ordem, que ficava bem acima. Os nichos de primeira e segunda ordem eram os mais procurados.

²² O enterro em sepulturas, no chão, não foi suprimido, mas também mais individualizado. Na França, segundo Vovelle, o aumento de túmulo de casais ou de apenas um indivíduo isoladamente teve um aumento sensível a partir de 1930, especialmente no cemitério Mazargues. O apogeu do “túmulo de família” se deu entre 1880 e 1910 (VOVELLE, 1983a, p. 110 e VOVILLE, 1983b, p. 639).

²³ ISMA, Ata, 29 janeiro 1932, fl. 165v



Ilustrações 9 e 10: Nichos verticais em quatro ordens e verticalização do cemitério



Fonte: ISMA, década 1960, autoria desconhecida.

Com a verticalização, o cemitério se uniformizou, ainda que ocorressem enterros em sepulturas tradicionais, com seus lóculos distribuídos pelos andares e os mortos de uma mesma família colocados pelos corredores de diferentes pavimentos (ilustração 10). Mas a lápide, o mármore a indicar o nome, a data de nascimento e morte permaneceram lá do mesmo modo, a evocar a lembrança da vida de um indivíduo, evitando assim – enquanto ainda houvesse vivos a recordar e cultivar – o esquecimento (MOTTA, 2008, p. 167).

Últimas considerações

Na década de 1940, a busca pelo “belo aspecto” que conjugava túmulos-mausoléus e túmulos-verticais estava em construir também os passeios no espaço cemiterial decorados com ladrilhos; afinal, eram os espaços próximos aos passeios os mais valorizados e almejados para a construção de grandes monumentos a exaltar a memória do morto. Em 1946, a Irmandade já possuía um escritório no cemitério e no espaço entre este e a capela foram abertos novos passeios, “proporcionando a venda de inúmeros terrenos para jazigos”²⁴.

Particular e sacro, espaço por excelência de um segmento dos mortos (e dos vivos) da sociedade porto-alegrense, o cemitério pautou-se pela estética, ordem, padronização, embelezamento, harmonia, alinhamento. Do final dos anos 1920 aos anos 1940, ampliou seu espaço disponibilizando terrenos para construção de mausoléus e túmulos familiares e aumentou significativamente o número de catacumbas individuais com a galeria superior. A

²⁴ ISMA, Ata, 27 dezembro 1946, fl. 41. A “feliz ideia” de construir passeios foi do irmão procurador Carlos Alves Pacheco.



notoriedade deste campo santo na secularizada República se destacava pela riqueza e suntuosidade dos monumentos erguidos e pelo diferencial das catacumbas verticais em quatro ordens a atender aos anseios de indivíduos de certo destaque econômico e social.

A perpetuação – muito realizada nas primeiras décadas do século XX – representou a tentativa de preservação da memória de indivíduos e de suas famílias, com suas sepulturas bem ordenadas e adornadas com mármore branco e esculturas sacras, conforme percebemos nas fotografias da década de 1920.

Além disso, a verticalização e a divisão em galerias e nichos com diversos andares/ordens foi um projeto efetivado pela Irmandade, que buscou modernizar seu campo santo. O regulamento do cemitério estabelecia as normas de funcionamento e de organização das construções e modificações dos túmulos e de suas alegorias. Essas construções tumulares, carregadas de simbologias cristãs, representavam os anseios da população católica de edificar túmulos majestosos para “esconder” a morte e exaltar famílias ou indivíduos. Paralelamente, crescia cada vez mais a procura por nichos individuais e verticais, em quatro ordens, conforme modelos europeus. A Irmandade primou pela organização, adorno e estética que valorizavam o cemitério. Essa valorização passava também pelo respeito, ordem e cuidado com os elementos religiosos – inscrições, símbolos – fosse dos mausoléus, fosse dos nichos em galerias.

Os túmulos, independentes do formato, perduravam a recordação, evocavam os mortos, edificavam memórias. Ao mesmo tempo em que confirmavam a morte, o desaparecimento, representavam a presença, eram as belas construções sepulcrais signos a garantir a imortalidade na memória dos vivos.

Referências bibliográficas

- BARRAN, José Pedro. **História de la sensibilidad en el Uruguay**. Tomo II. 1860-1920. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1990.
- BELLOMO, Harry. (org.). **Cemitérios do Rio Grande do Sul**. Arte, sociedade, ideologia. 2ª Ed. Porto Alegre: Edipuc, 2008.
- BORGES, Maria Elízia. A estatuária funerária no Brasil. Representação iconográfica da morte burguesa, **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**. João Pessoa, v. 3, n. 8, Ago. 2004, p. 252-267.
- CATROGA, Fernando. O culto dos mortos como uma poética da ausência. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 12, n. 20, jan.-jun. 2010, p.163-182.



- CATROGA, Fernando. Recordar e comemorar. A raiz tanatológica dos ritos comemorativos. **Mimesis**, Bauru, v. 23, n. 2, 2002, p. 13-47.
- CATROGA, Fernando. **O céu da memória**: cemitério romântico e culto cívico dos mortos, 1756-1911. Coimbra: Minerva, 1999.
- CARTAY, Rafael. La Muerte. **FERMENTUM Mérida**. Venezuela. Ano 12, n. 34, Maio-Agosto, 2002, p. 447-470.
- MEGA, Rita. **Imagens da Morte**. A escultura funerária do século XIX nos cemitérios de Lisboa e do Porto. Dissertação (Mestrado em Teorias da Arte). Programa de Pós-Graduação em Teorias da Arte da Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa, 2001.
- MONTEIRO, Charles. **Porto Alegre e suas escritas**: história e memória da cidade. Porto Alegre: Edipuc-rs, 2006.
- MOTTA, Antonio. Formas tumulares e processos sociais nos cemitérios brasileiros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 24, n. 71, out. 2009, p. 73-93.
- MOTTA, Antonio. **À flor da pedra**. Formas tumulares e processos sociais nos cemitérios brasileiros. Recife: Massangana, 2008.
- REIS, João José. **A morte é uma festa**. Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- RIBEIRO, André Luiz Rosa. **Urbanização, poder e práticas relativas à morte no sul da Bahia, 1880-1950**. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, 2008.
- ROCHA, Aparecida Borges de Barros. **Transformações nas práticas de enterramentos**: Cuiabá, 1850-1889. Cuiabá: Central de Textos, 2005.
- SILVA, Justino Adriano Farias da. **Tratado de Direito Funerário**. Vol. II. São Paulo: Método Editora, 2000.
- VOVELLE, Michel. L’habitat des Morts. In: VOVELLE, Michel e BERTRAND, Régis (org). **La Ville des Morts**. Essai sur l’imaginaire urbain contemporain d’après les cimetières provençaux. Paris: Centre National de La Recherche Scientifique, 1983a, p. 108-116.
- VOVELLE, Michel. **La mort et l’Occident**: de 1300 à nos jours. Paris: Gallimard, 1983b.

Recebido em Julho de 2013.
Aprovado em Agosto de 2013.